

NATIVISMO E COSMOPOLITISMO EM JOAQUIM NABUCO

Prof. Dr. Éverton Barbosa Correia (UEPB)

Resumo:

Sob qualquer angulação, o perfil de Joaquim Nabuco provoca algum tipo de inquietação, já que não se adequa às determinações do seu tempo e nem do nosso. Entre monarquistas, era partidário da abolição; entre republicanos, manteve-se monarquista; entre diplomatas, partidário da doutrina de Monroe. Por mais contraditória que sua figura possa parecer, interessa investiga-la ainda uma vez, já que seu modelo retórico se opunha ao de Rui Barbosa e ao de Castro Alves, simultaneamente, tendo sido ambos os oradores colegas de república, onde partilharam de seu convívio cotidiano. Por isso, é interessante averiguar no seu estilo os traços de uma época que é índice de emancipação social e oscila entre a discriminação da vida brasileira e a celebração da cultura ocidental. Como sua linguagem não se dá em abstrato, ora acompanharemos o seu discurso quando se volta para as particularidades da vida brasileira ou quando encarna o espírito da erudição, de que é parte e cultor. Daí o recorte deste trabalho se voltar para sua apreciação da Revolta Praieira constante nas páginas de *Um estadista do império*, onde descreve a vida política atuante de seu pai ou quando, nas páginas de *Minha Formação*, descreve a constituição de sua sensibilidade, entrelaçada de matrizes europeias e da paisagem que lhe deu recurso, não raro extraída da geografia brasileira. O propósito do trabalho é, afinal, demonstrar como se forja uma escritura que se entrelaça em meio a cartas, artigos de circunstância, discursos políticos, memórias e historiografia brasileira.

Palavras-chave: memória, história do Brasil, regionalismo, gêneros híbridos, Estilo.

Introdução

O uso do vocábulo “nativismo” nesta circunstância visa à substituição da palavra “regionalismo” devido à apreciação do autor em foco, que é oitocentista e pernambucano. Portanto, anterior à divisão do país em regiões, o que só veio a se dar na década de 1930. Uma vez que à sua época a disposição geográfica da nação era outra, o que chamamos hoje de região não era e não poderia ser o que se dispunha para os autores brasileiros anteriores à demarcação regional e, por conseguinte, não poderiam se guiar ou utilizar conceitos como o de “regionalismo”, que lhe é posterior. O raciocínio se aplica até mesmo a Joaquim Nabuco que não raro é tomado como referência seminal do discurso regionalista, seja pela constante menção à sua figura nos escritos de Gilberto Freyre, seja pelo fato de que o antropólogo na condição de deputado se empenhou na criação e na consolidação daquilo que hoje se nos apresenta como a Fundação Joaquim Nabuco – centro de pesquisa da região Nordeste. Por uma razão histórica ou institucional, não tomaremos o abolicionista como atrelado a um projeto extemporâneo a ele.

O nativismo referido pode ser identificado no grosso dos escritos de Joaquim Nabuco, quer nos refiramos a cartas, diários, biografia, artigos de jornais ou memória. Ademais, sendo um autor que investiu em várias frentes, só ocasionalmente se debruçou sobre aqueles gêneros que o século XX elegeu como os mais convencionais, a saber, a poesia, o teatro, o romance e a crítica literária. E mesmo quando se insurgia nalgum desses gêneros, sempre o fazia com a mão de pensador social cuja visada se voltava mais para a

representação exterior do que para a expressão individual. Então, não estamos diante de um autor cuja produção é facilmente atrelada à literatura na historiografia contemporânea e daí advém o fato de ter se convertido ele mais em objeto da história e de história política, do que propriamente como um autor literário, até porque sua narrativa não é preponderante ficcional, mas ao invés é animada por forte substância histórica. E mesmo quando produz crítica literária, sua intenção é a de projetar a língua portuguesa noutras paragens através de Luís Vaz de Camões; e a sua poesia vai funcionar desde muito cedo mais como um laboratório expressional que deveria servir a um bem maior, do que como revelação do seu sujeito, ao que já estava determinado desde sua mocidade, tal como identificamos em carta endereçada a seu crítico de primeira hora, que foi Machado de Assis.

Meu caro senhor,

Tenho em vista *O Diário* de ontem, na crônica – “Ao acaso” deparo com algumas linhas a meu respeito, caídas de sua pena; li e reli o que sobre mim escreveu, e depois de meditar sobre estas linhas decidi-me aventar sobre elas duas considerações que se seguem:

Não sou poeta; as minhas toscas composições, escritas nas horas vagas, ainda não pretendem a tanto; o título pomposo de – poeta – que, por extrema bondade, e complacência, dignou-se-me aplicar, poderia, esmagando a minha nula valia, encher-me de um orgulho sem fundamento, que me elevasse acima do que realmente sou, se porventura não tivesse a indestrutível convicção de que ele verdadeiramente me não pertence, e de que me foi aplicado por um poeta, que, talvez por simpatia ou por outro qualquer motivo, desejando estender-me a sua mão de apoio e de animação, me deu títulos superiores às qualidades que realmente não possuo. [...]

Esta é a primeira consideração que a leitura de suas linhas sugeriu em minha mente; de mais, cabe dizer-lho: de uma certa idade em diante pretendo me não mais aplicar à poesia; nesta idade em que minha inteligência ainda não pode discutir sobre o positivo e o exato, deixo que a pena corra sobre o papel, e que minha acanhada imaginação se expanda nas linhas, que ela compõe; mas, quando as minhas faculdades concentradas pelo estudo e pela meditação se puderem aplicar ao positivo, e ao exato, deixarei de queimar incenso às musas do Parnaso, para me ir alistar na fileira dos mais medíocres apóstolos do positivismo, e das ciências exatas. (ASSIS & NABUCO, 2003, pp. 89-90)

A missiva impressiona tanto mais quanto considerarmos que seu autor é aluno do colégio Pedro II e está no alto de seus 15 (quinze) anos, ao passo que o crítico – aquele que viria a ser o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), sob o secretariado do incipiente poeta – era amigo de seu irmão, Sizenando Nabuco e frequentava a casa de José Thomaz Nabuco de Araújo, o estadista do império biografado pelo filho. O ambiente familiar e até caseiro que rodeava o fato literário que a carta encerra não poderia embaçar a imagem do seu autor pelo simples fato de que o futuro depôs a seu favor, na medida em que rejeitou o título de visconde oferecido pelo imperador (NABUCO, 2006, p. 309) e repeliu uma promissora carreira na magistratura já sedimentada pelo pai, que em diversos gabinetes do império foi ministro da justiça. Da carta acima, embora pareça bravata juvenil, a única promessa não realizada foi a de servir ao positivismo, que estava na moda à época de sua escritura e do qual se transformou o mais ácido crítico, que enxergava nos republicanos o germe do equívoco que estava se sedimentando como verdade indiscutível e que Joaquim Nabuco se prestou a discutir o

quanto pôde, sempre atentando para as insidiosas e ilusórias reivindicações dos militares que eram, em sua maioria, republicanos e positivistas, a começar por Euclides da Cunha. O caso de Joaquim Nabuco se faz especioso, porque se oferece como um exemplo no qual a família não suplanta o indivíduo, o que é verdadeiro caso de exceção no Brasil oitocentista. De uma maneira ou de outra, seu percurso intelectual está crivado pelo retorno ao Recife já depois de adulto, o que foi registrado em suas memórias e também está impresso na campanha para deputado posterior ao falecimento do pai. Detenhamo-nos, por ora, nas palavras do candidato dirigida aos artistas locais.

Artistas pernambucanos,

Eu não podia deixar encerrar-se a campanha eleitoral neste distrito sem dirigir-me especialmente a vós, que, não pelo que sois, mas pelo que devíeis ser e estais destinados a ser, representais a principal força política moderna, a soberania do trabalho. [...] Eu vejo que os candidatos contrários recomendam-se quase sempre ao comércio e à lavoura, como se neste país quem não tem negócio ou não possui *terras* não merecesse em eleições a honra de ser mesmo lembrado. [...] Pois bem, eu se pudesse, do eleitorado todo, invocar o auxílio de uma só classe e identificar-me com ela, não o faria com o comércio e a lavoura, poderosos pela sua riqueza e sua clientela, nem com os funcionários públicos, formidáveis pelo número, nem com os proprietários e os profissionais; fá-lo-ia com a mais insignificante de todas as parcelas do eleitorado – com os operários que vivem do seu trabalho de cada dia.

Eu sei bem que vós não pesais pelo número, e não influís pela fortuna, e além disso estais desarmados por falta de organização; mas como na frase revolucionária [...], podeis desde já dizer: “O que é o operário? Nada. O que ele virá a ser? Tudo. (NABUCO, 2010, pp. 137-138)

Se considerarmos que, a despeito dos 13 anos que separam a carta a Machado de Assis da sua campanha para deputado, a compreensão de poesia em Joaquim Nabuco se limita com sua compreensão de arte, ou seja, de uma produção manufatureira a serviço do bem comum, talvez estejamos chegando a uma adjetivação mais precisa das motivações que impulsionaram a sua prática política e a sua prática literária. O interesse sobre seu discurso se aguça quando o percebemos não só envolto da aura revolucionária de que se embebia o Teatro Santa Isabel, mas também pelo fato de se voltar para aquele público com o qual ele se identificava, já que tinha dispendido tanto tempo nas lides artísticas e lhes reputava um caráter proletário, portanto, frontalmente contrário à prática escravista, que estava em vigor no reinado de Pedro II. Ademais, ao falar contra a escravidão, não falava necessariamente contra o império, pois reconhecia a necessidade de se manter a estrutura vigente, sem a qual o país poderia cair na obscuridade, como de fato ocorreu por ocasião do golpe republicano. O curioso é que os princípios que o animavam não estavam circunscritos ao âmbito da nacionalidade, muito embora fossem oriundos de sua experiência no torrão natal, fosse como experiência sensível ou política.

Desenvolvimento da análise e apreciação

O registro talvez mais convincente do entrelaçamento entre sua experiência na cidade natal e o engajamento correspondente na vida pública e na causa abolicionista está dado em seu livro *Minha formação*. No famoso capítulo “Massangana”, que já rendeu inclusive música de Caetano Veloso e está gravado o transe de sua volta ao espaço infantil, onde se

cristalizaram a sensibilidade e o imaginário do menino criado pelos padraços em engenho de cana-de-açúcar. Desta feita, o espaço residencial que ele usufruiu se faz uma marca daquele tempo que não existe mais, bem como sua experiência familiar em que pai e padraço se limitam e mãe e madraça se confundem também não existe mais. No entanto, foi a sensibilidade forjada naquele espaço e naquele tempo que sedimentou a mentalidade e os posicionamentos do homem Joaquim Nabuco, tal como ele mesmo assume e confessa nas linhas que descrevem o seu retorno ao engenho, onde privou da convivência de meninos escravos em meio aos quais reinava na condição de um quase príncipe da casa-grande. Saído de lá, após o falecimento de sua madraça, partia em direção aos pais desconhecidos até os seus oito anos de idade. A orfandade daquele espaço, a um só tempo, infantil e perverso é que o conduz à causa abolicionista de que vai se fazer o mais vivaz paladino, como se vê.

Tornei a visitar doze anos depois a capelinha de São Mateus onde minha madrinha, dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, jaz na parede ao lado do altar, e pela pequena sacristia abandonada penetrei no cercado onde eram enterrados os escravos... Cruzes, que talvez não existam mais, sobre montes de pedras escondidas pelas urtigas, era tudo quase que restava da opulenta *fábrica*, como se chamava o quadro da escravatura... Embaixo, na planície, brilhavam como outrora as manchas verdes dos grandes canaviais, mas a usina agora fumegava e assobiava com um vapor agudo, anunciando uma vida nova. A almanjarra desaparecera no passado. O trabalho livre tinha tomado o lugar em grande parte do trabalho escravo. O engenho apresentava do lado do “porto” o aspecto de uma colônia; da casa velha não ficava vestígio... O sacrifício dos pobres negros, que haviam incorporado as suas vidas ao futuro daquela propriedade, não existia mais talvez senão na minha lembrança... Debaixo dos meus pés estava tudo o que restava deles, defronte dos *columbaria* onde dormiam na estreita capela aqueles que eles haviam amado e livremente servido. Sozinho ali, invoquei todas as minhas reminiscências, chamei-os a muitos pelos nomes, aspirei no ar carregado de aromas agrestes, que entretém a vegetação sobre suas covas o sopro que lhe dilatava o coração e lhes inspirava a sua alegria perpétua. Foi assim que o problema moral da escravidão se desenhou pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com sua solução obrigatória. (NABUCO, 2004, p.181)

Embora suas palavras pareçam um tanto adocicadas quando fervidas pelo caldo da memória, o fato é que sua intervenção no plano político é de outra tonalidade, haja vista que o problema da escravidão é tratado como uma causa nacional, que atravessa as mais variadas esferas sociais, que vão da economia à estrutura familiar, da mentalidade ao serviço público, da história à emancipação nacional. E é com a mão de escritor que Joaquim Nabuco enfrenta todos os problemas, sem desfigura-los, sem sofisma-los, sem suprimi-los. Mas a sua mão e a sua voz encontram recursos em instituições que estavam além do atlântico, a exemplo da anti-slavery society de que foi membro e trouxe para o Brasil na condição de sócio-correspondente e se transformou no seu representante local, expandindo-a em Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Daí advém o fato de que trechos do livro *O abolicionismo* terem sido escritos e publicados no Brasil, muito embora em sua maior parte o livro tenha sido escrito e publicado no exterior, onde atuava na condição correspondente de jornais brasileiros e uruguaios. Essa sua mobilidade é que faz aparecer em seus escritos palavras talvez estranhas ao tacanho ambiente intelectual brasileiro, a exemplo de “proletariado”, “anarquismo”, “força de trabalho” e “Nordeste”,

que talvez tenha sido inventada por ele, para designar outro tipo de expressão social e cultural atrelada à terra que lhe serviu de berço e de paisagem. E embora esta paisagem híbrida tenha lhe rendido muita incompreensão, é exatamente nesta encruzilhada entre o mosteiro de Olinda e o Louvre que se forja a racionalidade expressiva e atuante, que desembocou na abolição da escravidão. Para não perder o fio, transcrevo trechos do livro *O abolicionismo*.

Apesar de ser São Paulo o baluarte atual da escravidão, em São Paulo e nas províncias do Sul ela não causou tão grandes estragos; é certo que São Paulo empregou grande parte de seu capital na compra de escravos do Norte, mas a lavoura não depende tanto quanto a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais da escravidão para ser reputada solvável. (NABUCO, 2000, p. 109)

Tendo sido este escrito feito no início da década de 1880, Joaquim Nabuco já previa o que viria a acontecer com as províncias do Norte e do Sul que dividiam o país daquela época e sua hipótese para o sucesso de umas em detrimento do fracasso das demais residiria justamente no maior ou menor grau de envolvimento com a escravidão, o que podia ser diferenciado até mesmo entre as províncias do Sul e muito mais entre as províncias do Norte. Não estranha, a partir disso, o sucesso que a província de São Paulo teve, bem como sua capacidade de assimilar a mão de obra oriunda da Itália, Espanha, Alemanha e Japão. A predisposição para o trabalho assalariado fazia com que aquela província se colocasse à frente das outras, segundo sua visão, e quer reputemos o sucesso de São Paulo a esta razão ou a outra qualquer, o fato é que São Paulo veio a se converter no centro produtor e financeiro do país, o que já tinha sido previsto por ele numa época em que São Paulo era pouco mais do que uma província modesta e promissora. E se ele é capaz de distinguir as potencialidades de província a província, de igual modo é capaz de vaticinar os futuros desígnios do país a partir de seu posicionamento perante a escravidão, como uma atitude política e patriótica.

Antes de discutir qual o melhor modo para um povo ser *livre* de governar-se a si mesmo – [...] – trata de tornar livre esse povo, aterrando o imenso abismo que separa as duas castas sociais em que ele se extrema. Neste sentido, o abolicionismo deveria ser a escola primária de todos os partidos, o alfabeto de nossa política, e não é; por um curioso anacronismo, houve um partido republicano muito antes de haver uma opinião abolicionista, e daí a principal razão porque essa política é uma Babel na qual ninguém se entende. (NABUCO, 2000, p. 109)

A falta de entendimento é mais do que justificável quando as motivações políticas que animavam o debate e a prática políticos eram importadas mecanicamente, sem considerar as particularidades brasileiras, tal como acontecia com o positivismo republicano, que pretendia instaurar a república independente mesmo das circunstâncias que assolavam o país, como se a proclamação da República fosse capaz instaurar uma nova ordem, à revelia dos entraves apresentados, entre os quais a escravidão se colocava de modo imperioso. Não estranha que a República que nos foi legada tivesse um ranço mais conservador do que o próprio Império e que daquele império só tenha assimilado o que este tinha de pior em conservação e concentração da economia e, por conseguinte, do poder. Joaquim Nabuco, ao contrário, sabia que algumas lutas precisavam ser travadas,

porque em política não há magia e nem bondade. E qualquer que fosse a transformação, a transformação tinha que partir das circunstâncias apresentadas, o que nunca foi observado pelo republicano mais reticente, displicente ou desconfiado dos próprios propósitos, se é que houve algum. E a consciência de Joaquim Nabuco se dava por duas vias que se complementavam: a atuação na vida pública que sua família resguardava há gerações e sua capacidade de absorver os princípios e teoremas políticos mais adversos e atuais. Por isso, sua compreensão de qualquer problema enfrentado haveria necessariamente de ultrapassar a fronteira da nacionalidade, como vemos também quando se volta para a abolição.

Esses princípios cardeais da civilização moderna reduzem a escravidão a um fato brutal que não pode socorrer-se à lei particular do Estado, porque a lei não tem autoridade alguma para sancioná-la. A lei de um país só poderia, em tese, sancionar a escravidão de seus nacionais, não a de estrangeiros. A lei brasileira não tem moralmente poder para autorizar a escravidão de africanos, que não são súditos do Império. Se o pode fazer com africanos, pode fazê-lo com ingleses, franceses, alemães. Se não o faz com estes, mas somente com aqueles, é porque eles não gozam da proteção de nenhum Estado. Mas, quanto à competência que tem o Brasil para suprimir a liberdade pessoal de pessoas existentes dentro do seu território, essa nunca poderia ir além dos seus próprios nacionais. (NABUCO, 2000, p. 80)

Ora, se o autor é capaz de questionar a legalidade da escravidão, ou melhor, a incapacidade moral de a escravidão se estabelecer nos termos da lei, ele só faz isso porque tem o estofado familiar e jurídico para fazê-lo, o que nem sempre era conveniente e, às vezes, nem mesmo possível manifestar em terras brasileiras. Ao levantar tal possibilidade e caminhar em cima dela, Joaquim Nabuco ao mesmo tempo em que revela de seu lugar social, apresenta-se como sujeito particular que se torna capaz de interferir na ordem social, pelo que era e cria. O fato de ser filho de José Thomaz Nabuco de Araújo foi que permitiu ele ter acesso a tais informações e franqueou-lhe um espaço por meio do qual suas declarações teriam ressonâncias e muitas vezes foram acatadas, não sem lutas, não sem derrotas, não sem fracassos. Alguns dos quais foram mesmo retumbantes, a exemplo da reeleição usurpada e da qual ele não quis reivindicar direitos nem acusar seus algozes. O reconhecimento da influência e contribuição de seu pai eram, contudo, incontestes. A tal ponto que, quando se viu dispensado das escaramuças políticas, recolheu-se à pesquisa e à reflexão política, cujo alvo primeiro haveria de ser seu pai, biografado exemplarmente em *Um estadista do Império*. Também aí podemos perceber os conflitos nabuquianos filtrados pela pena de grande escritor. Não sem antes discriminar minuciosa e criteriosamente os eventos em que seu pai se viu envolvido.

A pretexto de circunscrever o raio de alcance de *Um estadista do império*, vou me deter ao capítulo “A luta da praia”, em que o abolicionista narra o episódio ocorrido entre 1848 e 1849 e que teve seu pai como juiz e mediador dos conflitos, que ficaram reconhecidos pela historiografia como a “revolução praieira”. Não custa lembrar que a sanha revolucionária a que seu pai tentou colocar freios só veio a lhe causar dissabores, mas isso não impediu que Nabuco de Araújo se colocasse perante os acontecimentos, que servem a um só tempo para dar a dimensão da inscrição social do autor, mas também do ideário de que ele se via imbuído. E também aqui, quando o seu pai está envolvido nos acontecimentos, sua mentalidade oscila entre algo universal e o particular a que teve de se adequar, para ver a melhor maneira de intervir na realidade que se apresentava a seu redor e que ele assumiu como sua. Por ora, a discriminação do conflito.

A situação tinha mudado completamente para os conservadores de Pernambuco. Pela primeira vez eles iam entrar numa longa oposição. Sebastião do Rego Barros, convidado a ministro, recusava para acompanhar seus amigos na adversidade. [...] Pedro Cavalcanti, que mais tarde devia ser considerado o chefe político do Norte, estava sobrepujando, ou já tinha sobrepujado no partido da ordem, o prestígio decadente de Boa Vista.”(NABUCO, 1997, p. 93)

Fosse porque o Partido Liberal começava a ganhar força em Pernambuco também, fosse porque havia uma renovação do Partido Conservador, o fato é que – depois da reação local à instalação da dinastia bragantina no governo, ilustrada pela revolução de 1817 e pela Confederação do Equador (1824) – o poderio econômico escorado na produção canavieira começava a dar mostrar de cansaço, sobretudo porque os fracos rendimentos do açúcar afetavam não só a classe dos produtores medianos, mas também chegou a atingir os grandes produtores, com representação no senado e na câmara, como era o caso dos cavalcantis nomeados acima e que, de tanto cavalgar, não cogitavam a possibilidade de serem cavalgados, contrariando os versos que caíram na boca do povo, segundo os quais: “quem nascer em Pernambuco, deve estar desenganado, ou há de ser cavalcanti ou há de ser cavalgado.” No caso, os cavalcantis reagiram à hipótese de abrirem mão do poder, já que estavam perdendo o poder financeiro e político. Ao passo que os liberais, que se viam tão enfraquecidos quanto os próprios conservadores, achavam que podiam tomar as rédeas da situação, uma vez que reputavam aqueles a responsabilidade pelo declínio econômico e político da província. Neste jogo de desentendimento mútuo, o que ninguém percebia era que estava se encerrando um ciclo em que o açúcar deixava o cenário econômico definitivamente, ao contrário de outras vezes em que, depois de uma breve retirada, voltava à cena com toda força e brilho. Desta vez, a derrocada do modelo econômico deixava marcas na vida social e política vigentes, como bem relata o tribuno da Abolição.

A anulação das cartas senatoriais tornava a escolha imperial dependente do *placet* do Senado, e isso não podia agradar ao imperador. O prestígio do trono não valeu, entretanto, aos liberais que o invocavam, mostrando assim, uma vez mais, que entre a democracia e a monarquia no Brasil houve por vezes desinteligências e rupturas, mas nunca o verdadeiro antagonismo. [...] O efeito da anulação das cartas foi estrondoso, mas não modificou de forma alguma a situação, nem é provável que tenha ocorrido para as medidas que o governo adotou em seguida contra os adversários da Praia. Uma dessas foi a remoção de Nabuco para Assu. Esse ato foi atribuído ao voto dado pelo senador Nabuco: o governo pretendia castigar a independência do senador no filho magistrado; a verdade, porém, é que Nabuco foi removido por suas próprias culpas com a Praia, e, se fosse preciso alguma razão mais, pela necessidade de abrir mais um lugar de Juiz no Recife para um praieiro combatente. Este era Félix Peixoto. A remoção de Nabuco provocou em favor dele um movimento de simpatia por parte de toda a sociedade pernambucana, sem distinção de partidos, por ser o magistrado ferido um modelo na administração da Justiça. (NABUCO, 1997, p.98)

Antes de maiores considerações, vale o registro que o magistrado referido é o pai do autor e o senador, seu avô. Sendo a biografia do pai, o avô entra na medida em que contribuiu para o destino de seu filho, assim como este o fez com aquele que veio a ser seu

biógrafo e era seu caçula. O interessante é perceber que a determinação familiar passa ser determinante não só dos desígnios do sujeito, como já sugerido, mas, no caso, também do próprio país. Fosse pela penetração que os Nabuco conseguiram na política, fosse pelo modo como eles a exerceram com afinco e isenção, cuja marca passa de pai a filho, ao menos em quatro gerações. Daí o resultado nem sempre lhes ser favorável e daí adveio a recusa de títulos honoríficos, também de geração a geração, e daí não terem acumulado fortuna, o que até certo ponto se confunde com o destino do estado natal que passava por um franco processo de empobrecimento.

Conclusão

O que impõe registro é que tanto pelo testemunho pessoal quanto pelo tom de suas palavras, o que Joaquim Nabuco disse e fez pela história passou para muitos como sendo a história mesma, o que se deve em parte à coloração de suas palavras, mas sobretudo porque a fatura e a direção de suas atitudes convergem para o sentido de seu discurso, sempre muito claro e eivado de um sentimento anímico, no qual ele se revela e se subtrai em nome de algo maior, que, às vezes, só ele consegue ver. Tal como o faz na exemplar síntese daquele momento revolucionário:

O efeito da revolução de fevereiro em França estava gasto. O país vira a situação liberal de 1844-8 nada realizar do que prometera; não tocar sequer nas leis de 1841, por causa das quais o partido fizera as duas revoluções de Minas e São Paulo. Os chefes liberais tinham caído do poder mortalmente desalentados, descrentes uns dos outros e de si mesmos. Os praieiros só tinham um programa conhecido, de todo o país: a ideia retrógrada da nacionalização do comércio. Essa ideia, se fosse levada a efeito, significava o retrocesso do Brasil ao estado em que se achava antes da abertura dos portos por d. João VI. Além dessa inscrição não tinham nenhuma outra na sua bandeira. [...] Não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular. Violento, indiferente a leis e a princípios, incapaz de permitir em seu seio o mínimo desacordo, empregando sempre meios muito mais enérgicos do que as resistências exigiam, embriagando-se dos seus excessos de autoridade; tudo isso é exato do domínio da Praia, e esses são os característicos próprios da democracia. Mas a verdade é que a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo; e o povo julga o seu direito tão extenso como a sua vontade, sobretudo quando luta com as classes que se servem das delongas infinitas da lei para conservarem os seus privilégios e perpetuarem os seus abusos. Muito provavelmente a Praia representava a queixa de uma população adiantada de instintos contra sua triste condição. O povo pernambucano formava uma democracia de fidalgos; havia nessa plebe o sangue de muitas famílias que se ilustraram, durante a guerra holandesa umas, outras na Independência, outras finalmente pela riqueza e posição social. Pela altura das suas origens essa democracia tendia a subir, sentia a necessidade de elevar-se e as condições da província o não permitiam; daí sua tendência revolucionária permanente.[...] O partido praieiro foi um partido sem direção e sem disciplina, porque propriamente não foi senão um movimento de expansão popular. Os chefes deixavam levar-se pelo instinto das multidões que formavam o seu séquito, em vez de guia-las e

de procurar o modo prático de satisfazer, na medida do possível, o mal-estar elas sentiam sem o saber exprimir. (NABUCO, 1997, pp. 111-114)

Entre a ressaca da “Primavera dos Povos” – Revolução de fevereiro de 1848, que se espalhou por vários países – e os estertores da democracia de fidalgos pernambucanos, a síntese não podia ser mais aguda: ao mesmo tempo em que o problema nativo era colocado no âmbito do capitalismo internacional, reconhecia-se também uma tradição de luta encravada no chão pernambucano, a qual é aludida sob o epíteto de “democracia”. O certo que, no caso de Joaquim Nabuco, se aproxima do exato é que naquelas circunstâncias não havia espaço para o esclarecimento nem para a correção. Daí toda sorte de irrupções em derramamentos de ideais e sangue, haja vista que a possibilidade de algum acordo possível estava descartada de antemão. Também por isso, a leitura da Revolução Praieira – por maiores que sejam as diferenças de perspectivas de seus narradores – nunca vai ultrapassar a glosa deste trecho da narrativa nabuquiana, consoante a qual a Praia mais se deixou levar pelo movimento revolucionário, do que o orientou fato, tal como se esperava ou paira um tanto vagamente no nosso imaginário contemporâneo.

As oscilações nem sempre casuais do percurso e da figura de Joaquim Nabuco é que dão a tônica de seu discurso e de sua escritura. Pois o mesmo vetor que o conduz da casa da madrinha para a casa do pai, vai conduzi-lo posteriormente à Academia Brasileira de Letras; a experiência que ele trouxe do engenho de cana-de-açúcar é que vai dar a dimensão de seu entrada e performance na política; de igual modo, por fazer parte tangencialmente de uma decadente oligarquia é que seus ânimos vão ser insuflados em direção a uma revolução precária e impossível, que às vezes se traduz nas suas palavras de moderação, e não de ordem ou de progresso.

Referências bibliográficas

- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
_____. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
_____. *Minha formação*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.
_____. *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.
_____. *Essencial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
ASSIS, Machado de & NABUCO, Joaquim. *Correspondência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.